



CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*Report #1*

---

# Diagnósticos e Proposições para a Inserção Global

# Sobre o CEBRI

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais é pautado pela excelência, ética e transparência na formulação e disseminação de conteúdo de alta qualidade sobre o cenário internacional e o papel do Brasil. Engajando os setores público e privado, a academia e a sociedade civil em um debate plural, o CEBRI influencia a construção da agenda internacional do país e subsidia a formulação de políticas públicas, gerando ações de impacto e visão prospectiva.

Ao longo de dezenove anos de história, a instituição se destaca por seu acervo intelectual, pela capacidade de congregiar múltiplas visões de renomados especialistas, pela envergadura de seu Conselho Curador e pela pluralidade de seus mantenedores.

**[www.cebri.org](http://www.cebri.org)**

---

**EXPEDIENTE** Diretora Executiva: **Julia Dias Leite** | Diretor de Relações Institucionais: **Tomás Amorim** | Coordenadora de Projetos: **Luciana Gama Muniz** | Consultor em Comunicação e Conteúdo: **Nilson Brandão** | Coordenadora de Comunicação e Eventos: **Barbara Brant** | Coordenadora Administrativa: **Camila Sabino** | Analista: **Ariane Costa dos Santos** | Assistente: **Carlos Arthur Ortenblad Júnior** | Estagiário: **Vitor Burckarte Patelli** | Voluntários: **Gabriel de Barros Torres**, **Victor Tadeu dos Santos Carap**, **Mariana Daher Panero** | Projeto Gráfico: **Presto Design**

Todos os direitos reservados: CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - Rua Marques de São Vicente, 336 - Gávea - Rio de Janeiro / RJ - CEP: 22451-044 - Tel: + 55 21 2206-4444 - [cebri@cebri.org.br](mailto:cebri@cebri.org.br) - [www.cebri.org](http://www.cebri.org)



Esta é uma edição especial do CEBRI Breaking News, elaborada em torno do trabalho dos Núcleos Temáticos do CEBRI. Os resultados dos Trabalhos dos Núcleos foram apresentados e debatidos à luz das intensas transformações por que passa o mundo, por cerca de 50 pessoas, reunidas na sede do instituto, dentre conselheiros do CEBRI, acadêmicos, especialistas, parceiros e os autores dos papers.

Os temas dos trabalhos dos Núcleos de Inserção Econômica Internacional, América do Sul e Eixo Ásia incluíram desde perspectivas para a integração latino-americana ao mundo e uma nova agenda programática para o Mercosul até o aprofundamento sobre tendências internacionais, como padrões de sustentabilidade e o comércio digital, além do olhar atento para a dinâmica interna da transformação do Leste asiático.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer o compromisso e apoio da CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) ao trabalho dos núcleos temáticos, assim como aos principais think tanks do Mercosul, o Conselho Argentino de Relações Internacionais (CARI), o Conselho Uruguaio de Relações Internacionais (CURI) e o Centro Paraguaio de Estudos Internacionais (CEPEI), que desenvolveram junto ao CEBRI inovadora parceria para o entendimento e proposição de novos caminhos para o fortalecimento do bloco.

FEVEREIRO DE 2017

---

# **INSERÇÃO INTERNACIONAL, AMÉRICA DO SUL E EIXO ÁSIA**

Perspectivas para a integração regional na América do Sul, agenda programática para o Mercosul, vantagens da aproximação com a Aliança do Pacífico e o crescimento sustentável da agropecuária brasileira, além do exame sobre a evolução do comércio digital diante da OMC (Organização Mundial do Comércio) e do olhar aprofundado sobre as transformações geopolíticas dentro da Ásia. Estes são os principais vetores dos *policy papers* produzidos pelos núcleos temáticos do CEBRI – para América do Sul, para Inserção Econômica Internacional e para a Ásia – em 2016, cujos resultados foram apresentados ao longo de jornada de um dia de debates, na sede da instituição.

O encontro reuniu cerca de 50 pessoas, dentre conselheiros e associados do CEBRI, especialistas em comércio exterior, geopolítica, relações internacionais e autores dos documentos de estudo, para os quais foi fundamental o apoio da CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina). A CAF foi responsável pelo apoio financeiro e incentivo aos cinco trabalhos dos núcleos de Inserção Econômica e da América do Sul. Um dos *policy papers* resultou de inédito trabalho conjunto dos quatro principais think tanks países-fundadores do Mercosul: Conselho Argentino de Relações Internacionais (CARI), Conselho Uruguaio de Relações Internacionais (CURI) e Centro Paraguaio de Estudos Internacionais (CEPEI), além do próprio CEBRI.

“Foi um debate muito interessante, sobre temas de grande importância para a política externa brasileira. Certamente, os temas (dos três núcleos) estão interligados. O processo de globalização, apesar de alguns freios que possamos ter nos próximos meses ou anos, vai continuar avançando”, declarou o Diretor Representante da CAF no Brasil, Victor Rico Frontaura. “O conteúdo dos trabalhos dos núcleos permitiu uma intensa troca entre diferentes atores da academia, setores público e privado. Nossa missão é elevar a qualidade e aprofundar o debate, junto a autoridades e à sociedade civil, em torno da integração do Brasil ao mundo”, disse a Diretora Executiva da instituição, Julia Dias Leite.

#### Difusão do conhecimento

As interações deixaram claro que o avanço das tensões comerciais, políticas e até mesmo militares no mundo tornam imperativas a produção de conhecimento e a reflexão sobre modelos prósperos de convivência e engajamento. “A integração para nós é necessária. O momento que temos aqui é buscar traduzir nossos estudos em ações mais concretas, com planejamento estratégico, para começarmos a fazer escolhas prioritárias.”, avalia Maitê Bustamante, Senior Fellow do Núcleo América do Sul. Exemplo prático de integração, o convênio entre os quatro think

tanks do Mercosul incluiu ao longo do ano passado debates com as entidades empresariais dos quatro países, discussões na plataforma quadripartite e a realização do “Seminário Mercosur - Juntos Hacia el Mundo”, em São Paulo, com o lançamento do trabalho coordenado dos quatro think tanks de referência em relações internacionais.

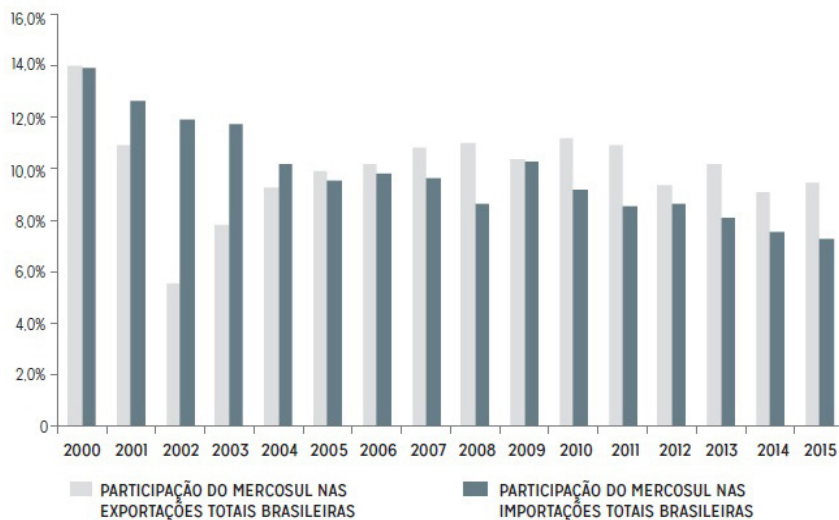
Diagnóstico do momento atual, contradições e novas perspectivas guiaram os dois documentos produzidos pelo núcleo: o paper “Mercosul: Crise e Oportunidade de Reflexão Sobre a Agenda de Integração”, de autoria da economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Lucia Maduro, e o paper “Principais desafios para garantir uma integração mais pragmática do Mercosul - agroindústria, energia e infraestrutura”, a cargo dos think tanks regionais. A funcionalidade da plataforma quadripartite em cooperação contrasta com a realidade vivida pelo bloco regional nos últimos anos, que teve, ainda, de conviver com um panorama marcado por recessão ou crescimento muito baixo dos países do bloco, crise institucional interna, desdobramentos políticos principalmente no Brasil e na Venezuela e o esforço argentino para voltar a ser aceito pelo mercado financeiro internacional. Tudo isso em meio a sucessivos solavancos externos, como os efeitos da ascensão de Donald Trump à presidência americana e a formalização da saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit.

“Em um momento em que a realidade particular de cada sócio contribui para dificultar o processo de integração do Mercosul, o cenário mundial acrescenta novas incertezas sobre os rumos da inserção internacional do bloco”, resume Lucia. Não bastassem os cenários de cada integrante e do mundo, rusgas políticas mostraram a face, em torno da presença venezuelana no bloco, diante da oposição de Brasil, Argentina e Paraguai. A tensão em torno da Venezuela levou argumentos como descumprimento de compromissos no Protocolo de Adesão, suspensão com base na “cláusula democrática” e graduação do país como membro associado. Já em 2017, com o agravamento das incertezas em torno do Governo Nicolás Maduro, cresce a distância entre países, com as críticas expressas de Brasil, Argentina, mas também México e Colômbia ao regime venezuelano. Como reação, a Ministra das Relações Exteriores da Venezuela, Delcy Rodriguez, declarou: “Não metam o nariz na Venezuela”.

### Descrença e agenda imediata

O conturbado pano de fundo reforça questionamentos em torno das vantagens reais do Mercosul para o Brasil. O *paper* traz como indicação o resultado do comércio do País com os demais: a corrente de comércio entre Brasil e os parceiros Argentina-Uruguai-Paraguai duplicou de US\$ 15,5 bilhões para US\$ 30,4 bilhões entre 2000 e 2015. Nos dois últimos anos, a recessão brasileira impacta as trocas intrabloco. Vinte e cinco anos depois após a assinatura do Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercosul, prossegue o documento, “tem sido cada vez maior a sensação de inviabilidade” em torno dos esforços para harmonização ou convergência de políticas para ajustar a competitividade. Quando o foco é a política externa, a percepção é de “isolamento e ausência do bloco das grandes cadeias globais de valor”. Daí a necessidade de os sócios identificarem oportunidades para definir um “modelo de inserção adequado aos novos tempos”, cujo panorama envolve expansão de acordos regionais e emergência de força anti globalização.

## Evolução da participação do Mercosul nas exportações e importações totais brasileiras



Fonte: MDIC / Elaboração: Negint-CNI

\* Nesta direção, o *paper* indica “agenda imediata viável” para o bloco, sobretudo ultrapassada a questão venezuelana:

\* Aliança estratégica com a Argentina em torno de prioridades e visões sobre objetivos de integração;

\* Prioridade para a agenda econômica do bloco, revertendo a primazia dos últimos anos em torno dos temas políticos;

\* Medidas de liberalização e facilitação do comércio, favorecendo o ambiente interno de negócios;

\* Inclusão prioritária de temas contidos em acordos modernos, como serviços, investimentos e compras governamentais;

\* Negociações com México e União Europeia para acordos equilibrados;

\* Maior aproximação com os países da Aliança do Pacífico (tema de *paper* do Núcleo de Inserção Econômica do CEBRI);

\* Simplificação institucional para tomada ágil de decisão.

O embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Vice-Presidente do CEBRI, reconhece que não há dois países mais complementares do que Brasil e Argentina. “Mas o que deveria se tornar um Mercado Comum acabou se transformando numa União Aduaneira, que acaba, de fato, não integrando as duas principais economias”. Da configuração internacional, o Embaixador Roberto Abdenur, Conselheiro do CEBRI, lembra que a Chanceler Angela Merkel declarou que era o momento oportuno para dar nova vida às negociações entre União Europeia e Mercosul, logo após reunião em Berlim com o presidente uruguaio Tabaré Vázquez. No front europeu, as eleições em abril na França, com o risco da vitória de candidatura protecionista, e as eleições alemãs, em setembro, aumentam o grau de incerteza e complexidade para as negociações de um acordo entre as duas regiões.



## Setores chave na integração

O segundo *paper* do Núcleo da América do Sul, sobre os setores agroindustrial, energético e infraestrutura, constata que o modelo atual de integração na região “não atende plenamente às transformações econômicas, tecnológicas, políticas e sociais ocorridas desde a sua fundação”. E define: “É necessário adotar uma posição transformadora da atual realidade, a partir do reconhecimento de que o processo de inserção dos países do Cone Sul nas cadeias globais de valor, só ocorrerá se formos capazes - governos, empresários, acadêmicos e sociedade civil - de propor de forma coordenada planos alicerçados em inovação, estruturados dentro de uma integração regional e inseridos nos preceitos da nova ordem econômica mundial”.

Nessa perspectiva, os três setores seriam prioritários na configuração da integração regional de cadeias produtivas. Como premissa, o paper estabelece que as projeções de crescimento populacional no mundo levarão a crescente demanda por energia e por alimentos. Dados processados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), citados no estudo, dão conta que a população mundial alcançará 8,3 bilhões de pessoas até 2030. “A América do Sul pode adquirir um papel central na produção e exportação de alimentos. O boom das commodities agroalimentares nos últimos anos contribuiu para elevar a capacidade de produção agrícola e a participação dos países do Mercosul no mercado global”, registra o estudo.

“Tanto a busca pela diversificação da matriz energética como a integração das cadeias produtivas para produtos agroalimentares, além da necessidade de investimentos em infraestrutura, podem alavancar o desenvolvimento da região de forma mais equilibrada”, complementa o trabalho conduzido pelos quatro think tanks. Os três setores seriam, assim, essenciais para a consolidação de uma economia competitiva internacionalmente, gerando impacto na “reinserção internacional dos quatro países da região tanto na área comercial como nos investimentos externos diretos”. Basta lembrar que os investimentos em infraestrutura na América do Sul giram ainda em torno de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) da região, patamar considerado insuficiente para manter ou desenvolver a inserção competitiva.

## Usinas hidroelétricas binacionais no Cone Sul

REF. NO MAPA	PAÍSES	DENOMINAÇÃO	RIO	CAPACIDADE INSTALADA (MW)	SITUAÇÃO ATUAL
A	Br-Py	Itaipú	Paraná	14.000	Em operação
B	Ar-Uy	Salto Grande	Uruguay	1.890	Em operação
C	Ar-Py	Yacyretá	Paraná	3.200	Em operação
D	Ar-Br	Garabí	Uruguay	1.500	Em estudo
E	Ar-Py	Corpus	Paraná	2.880	Em estudo

Fonte: CIER (2014). Síntesis Informativa Energética de los Países de la Cier - Datos del año 2013. Disponível em: <http://www.cier.org.uy/d06-sie>.

O investimento em infraestrutura precisa crescer. “A necessidade de duplicar os investimentos em infraestrutura não é apenas uma questão para o Brasil, mas para todo o continente. Deveríamos investir 6% em infraestrutura como proporção do PIB regional”, afirma o Diretor Representante da CAF no Brasil. Victor Rico analisa que os ajustes macroeconômicos (notadamente redução da inflação e dos juros) em curso no Brasil seguem em direção adequada a favorecer investimentos no país. “Se estas condições se mantiverem no longo prazo, acredito que as condições de investimento no Brasil vão melhorar”. Em linha com as conclusões do *paper* desenvolvido, a CAF desenvolve esforços locais apoiando investimentos em estados e municípios. Agora, parte para a criação de um fundo de investimentos em infraestrutura, que poderá entrar em operação ainda no primeiro semestre de 2017, com estrutura ajustada ao que o mercado exige.

### Mundo digital e sustentável

O Núcleo para Inserção Econômica Internacional avança na conexão do Mercosul ao continente latino-americano e traz dois novos assuntos, ligados a tendências modernas internacionais: a sustentabilidade como fator diferenciador e o comércio digital. O Senior Fellow do Núcleo, Mario Marconini traça que a agenda doméstica política e econômica, em especial como efeito do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, da ascensão de um novo governo, este liderado pelo Presidente Michel Temer e a evolução das operações policiais, como, por exemplo, no âmbito da Operação Lava Jato, se sobrepôs a elaboração de outras pautas, como a da estratégia do Brasil para o cenário internacional. A perspectiva setorial revelou-se mais adequada para trazer maior clareza nas análises e propostas de ação. O agronegócio, por exemplo, é historicamente expressivo na economia brasileira e a incorporação da sustentabilidade parece inevitável para as próximas décadas. Da mesma forma, há segmentos e novas práticas para as quais o país é chamado a compreender melhor, caso deseje estancar o gap que o separa do resto do mundo.

Este é o caso do comércio digital. Karla Borges comenta que a motivação para a realização do *paper* nasce de uma conversa com Roberto Carvalho de Azevêdo, Diretor Geral da OMC, que mencionou a importância de o Brasil se engajar nos temas que ganham força no comércio internacional. Na prática, a economia brasileira é a 9ª maior no mundo, mas o País aparece como o 25º colocado no comércio internacional, conforme dados da OMC. A assimetria nos rankings evidencia a importância da investigação dos desafios e oportunidades para o avanço da participação brasileira na comercialização internacional. “A tecnologia saiu do celular, está em todas as coisas e permeia indústria, serviços e o comércio”, comenta a especialista e advogada Karla Boges, autora do *paper* “A OMC e o Comércio do Século XXI: a importância de disciplinas multilaterais para o Comércio Digital”.

“Já vivemos a Quarta Revolução Industrial. A tecnologia não está presente apenas na robótica. É uma revolução que muda conceitos. Muda a percepção dos setores clássicos da economia, como sendo o primário, secundário e terciário. Indústria e serviços se mesclam e se fundem. Quem não acompanhar esse patamar tecnológico vai ficar para trás na cadeia de produção e de prestação de serviços. Ela argumenta que o Brasil sempre terá terra fértil, solo arável, água e clima bom para plantar. No entanto, sem tecnologia corre o risco de ficar para trás. Da mesma forma, corre o risco de ficar ainda aquém se comparado a outros países com maiores desenvolvimento e uso tecnológico, como o comércio digital, caso o Brasil não se faça presente em estudos, pesquisas e participação em foros internacionais e oficiais sobre o assunto. Karla explica que as discussões de regulação em torno do comércio digital começaram em 1998. Essa evolução, contudo, se deu de forma esparsa inclusive na OMC. O assunto muitas vezes surgia conectado a questões de outras atividades econômicas ou como parte de foros específicos, como os de propriedade intelectual, de serviços ou de bens. Regras de comércio digital começam a emergir, mais fortemente, em acordos, como entre Estados Unidos e Coréia do Sul, ou no âmbito do TPP (Parceria Transpacífico), exemplifica a autora. “Independente do que venha a ocorrer com o tratado, as bases trazidas por ele podem ser a semente de um arcabouço, pano de fundo para um mecanismo e um acordo multilateral”, projeta a especialista. Alguns dos grandes temas são como evitar concorrência desleal, proteção do consumidor, privacidade do indivíduo e da comunidade.

Onde está o Brasil nisso tudo? Karla diz que a participação brasileira se dá em reuniões e encontros, mas de forma restrita a Genebra (sede da OMC). “É preciso inserir o tema na sociedade, incluir academia, empresas, formadores de opinião, a mídia. A pergunta é do que o Brasil precisa? O que o Brasil quer? É esta reflexão que tem de ser levada de volta a Genebra, para que o Brasil se posicione como negociador”, alerta. O paper levanta o histórico do que já foi realizado em termos de regulação e normas gerais sobre o comércio digital e busca por onde o assunto deverá evoluir.

Outra tendência para o futuro foi abordada no paper “Expansão sustentável da agropecuária brasileira”, do autor Rodrigo Lima, Diretor Geral da Agroicone. “A possibilidade de expandir a produção de alimentos, energias renováveis, fibras e biomassa é uma grande oportunidade para o Brasil no contexto das agendas globais que tratam do desenvolvimento sustentável. Seja pela demanda interna, seja pelo papel do setor agropecuário no comércio internacional, o aumento de produtividade, a adoção de boas práticas produtivas, a abertura de novos mercados e a agregação de valor são desafios inerentes ao crescimento das principais cadeias produtivas nas próximas décadas”, registra o documento. O paper destaca a dinâmica do uso da terra e das práticas de baixo carbono como fundamentais para a expansão da agropecuária brasileira. “É válido ponderar de que forma o cumprimento de elevados padrões ambientais poderão distinguir ou não a agropecuária brasileira”, conclui o estudo.

## Indefinição estratégica

Ao longo da jornada, o debate sobre a inserção internacional brasileira incluiu também as razões a respeito de baixos resultados de abertura ao mundo ou mesmo por que sequer são definidas estratégias de integração às correntes mundiais. O Embaixador José Alfredo Graça Lima, Conselheiro do CEBRI, formula que a vantagem brasileira nas commodities agrícolas gera uma forma de dependência na pauta exportadora, que ajuda a compreender a indefinição: o País tem pujança cada vez maior na agricultura, a a demanda global é elevada

Numa complexidade adicional, contudo, os próprios agentes dividem-se quanto à motivação. A indústria inclui setores mais internacionalizados e outros mais voltados a posições defensivas, como explica o Embaixador Seixas Corrêa: um grupo tem interesse na entrada nas cadeias globais de valor, enquanto um núcleo, com maior influência na política nacional, tem interesse na defesa do protecionismo. Para o Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES), Pedro da Motta Veiga (CINDES), no fundo, o Brasil permanece pautado pelo paradigma anacrônico da substituição das importações. “A ideia de industrialização (como motor do desenvolvimento) e da substituição das importações (como mecanismo para instrumentalizar aquela ideia) continua dominante no Brasil, mas não corresponde mais ao que acontece na economia do país”, afirma.

Se, no passado, a política de industrialização protecionista caminhava junto com a política externa “que nos poupava dos compromissos com regimes internacionais”, atualmente, falta coerência na política externa e na definição do que o país quer. “Ficamos, portanto, num pântano, com ideias dominantes apoiadas por interesses consolidados em períodos históricos anteriores, mas que já não encontram ‘eco’ na realidade econômica. Do outro lado, algumas ideias críticas, supostamente compatíveis com as novas tendências que moldam a economia global, mas com pouco apoio dentro do que chamo de Consenso de Brasília”, complementa. A jornada de debates consolidou a indicação sobre a necessidade de definição de uma estratégia de inserção internacional que possibilite a liberalização comercial, aumento da competitividade da indústria nacional e inserção do Brasil nas cadeias globais de valor.

## Aproximação estratégica

O terceiro paper do Núcleo de Inserção Internacional apresenta tema que ganhou presença ao longo dos debates, como alternativa de fortalecimento da integração regional: “Mercosul e Aliança do Pacífico: perspectivas de convergência e integração regional na América do Sul”, do Mestre em Relações Internacionais pela USP, José Luiz Pimenta Jr. Formalizado no início dos anos 2010, a aliança reúne os países fundadores Chile, Colômbia, México e Peru, além da Costa Rica, ingressa posteriormente. Foi criada para “redirecionar a bússola comercial Latino-Americana para o Pacífico”, resume o documento. Os dados a seguir demonstram o potencial da atuação em parceria: os integrantes da Aliança do Pacífico e do Mercosul respondem por 90% do PIB e por 80% da população regional. Enquanto o Mercosul tem maior tamanho econômico e demográfico, é da Aliança do Pacífico a maior relevância no comércio exterior.

**Comércio Mercosul-Aliança do Pacífico (US\$ Bilhões)**

ANO	EXPORT	IMPORT	SALDO	CORRENTE
2005	16,86	4,90	11,97	21,76
2006	19,57	7,29	12,28	26,86
2007	20,17	9,43	10,74	29,60
2008	22,60	12,32	10,29	34,92
2009	16,24	8,85	7,39	25,08
2010	21,31	13,41	7,90	34,71
2011	24,66	17,26	7,39	41,92
2012	24,65	17,38	7,27	42,03
2013	22,64	17,87	4,77	40,51
2014	19,86	16,47	3,39	36,33
2015	17,01	13,88	3,13	30,89
Taxa de Crescimento	0,09%	18,35%	-7,38%	4,20%

Fonte: COMTRADE UN

“A despeito da baixa interação dos blocos em um passado recente e da manutenção das tradicionais parcerias comerciais, a complementaridade produtiva entre Aliança do Pacífico e Mercosul pode dar maior competitividade às empresas instaladas nessas regiões, aumentando a sua parcela de participação em setores importantes na geração de produto para as economias por meio da redução consistente de custos”, pondera o estudo. O paper propõe que qualquer exercício de integração entre a Aliança do Pacífico e Mercosul leve em conta o fenômeno das Cadeias Globais de Valor (CGVs), introduz a noção de se tratar de “tarefa árdua”, cita oportunidades de complementaridade comercial e produtiva em setores como o automotivo, plásticos, siderúrgico, proteína animal e químicos, dentre outros, e indica o papel crucial de Brasil e México no processo.

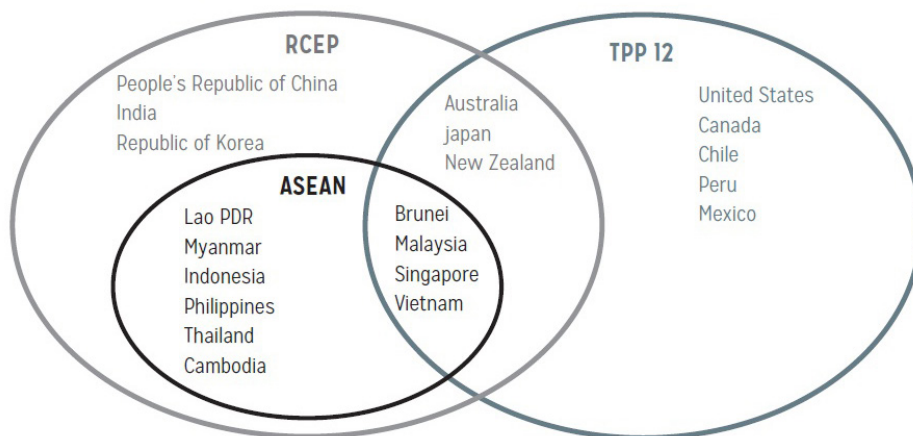
**Transformações no Leste asiático**

As principais transformações geoeconômicas e geopolíticas dos países do Leste Asiático estiveram no foco do Núcleo Ásia, no sentido de ampliar e aprofundar a compreensão sobre a região e permitir a identificação de novas chances para o Brasil. O Senior Fellow para o Núcleo Ásia, Embaixador Valdemar Carneiro Leão, diagnostica grande desconhecimento entre atores nacionais sobre a importância estratégica do Leste Asiático. Em 2017 e nos próximos anos, a região estará no centro dos impactos potenciais da atuação internacional do Governo Donald Trump, com efeitos que, no limite, poderiam decorrer do enfrentamento geopolítico, econômico e talvez militar. Da mesma forma, a região, estará ligada a novos movimentos da China no xadrez internacional. “Tudo o que acontecer na Ásia terá impacto grande no Brasil”, avalia o embaixador.

“Geopolítica no Leste Asiático: Novas Geometrias de Competição e Cooperação”, é o título do *paper* do núcleo temático, de autoria da pesquisadora Adriana Erthal Abdenur, Fellow no Instituto Igarapé e Pesquisadora de Pós-Doutorado Sênior no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Adriana situa o paper como um mapeamento analítico inicial sobre a região, em meio às constantes e velozes mudanças internacionais. O documento foi estruturado em três grandes eixos, que são: Transformação Econômica no Leste Asiático, analisando atores locais de forma integrada e laços entre os grandes players da região; Defesa, Cooperação Militar e Segurança no Pacífico; e os Mega Acordos Comerciais, que envolvem também investimentos e padrões de produção, de importante

viés geopolítico. A Parceria Transpacífico, da qual o Governo Trump promete se afastar, o Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) e o One Belt, One Road Initiative (OBOR), liderado pelos chineses, com grande participação de projetos em infraestrutura, são os principais acordos analisados.

### Venn diagram



Documento chave para o melhor entendimento sobre as dinâmicas dentro da região, o *paper* traça cenários e desdobramentos possíveis para a Ásia, diferentes entre si, basicamente, conforme o centro gravitacional ficando em apenas um país (no caso, a China) ou compartilhado com outros atores regionais. A descrição sintetiza as três variáveis:

\* Unipolaridade, Hegemonia Chinesa – A China atinge a hegemonia regional e impõe um modelo de controle de hub-and-spokes sobre o Leste Asiático. Compatível com a perspectiva de uma espécie de Amexit, ou seja, os Estados Unidos mais afastados das questões internacionais.

\* Bipolaridade. China e Japão. Japão apoiado pelos EUA. A China compartilha o domínio regional com o Japão, apoiado, neste caso, pelos Estados Unidos da América. Os dois países asiáticos são respectivamente a segunda e a terceira maiores economias do mundo.

\* Multipolaridade, Competição e Instabilidade - Polos de poder emergem dentro da região, em conformação volátil. Aqui, a instabilidade seria maior, o crescimento chinês seria relativamente menor, além de haver coexistência de diferentes atores locais em um ambiente de grande competitividade.

Cada uma dessas configurações traz implicações específicas para os países latino-americanos. O *paper* destaca, nessa dimensão, que empresas do setor privado, organizações da sociedade civil, centros de pesquisa, associações e universidades devem ser mais proativas na análise, antecipação de tendências e formulação de estratégias de cooperação com as respectivas contrapartes asiáticas. Chama, ainda, a atenção de atores públicos no sentido de promoverem novos canais de comunicação e intercâmbio de conhecimento com os países asiáticos, mais do que apenas reagir às flutuações geopolíticas que ocorrem no outro lado do mundo.

**Para acessar os papers dos núcleos do CEBRI, clique nos links abaixo:**









## Ficha técnica

### Parceria Institucional

Victor Rico Diretor-Representante da  
CAF no Brasil  
Marcelo dos Santos Executivo Principal, Setor  
Privado / Representação no Brasil

### Autores

Adriana Abdenur  
José Luiz Pimenta  
Karla Borges  
Lucia Maduro  
Rodrigo Lima

### Pesquisadores

Centro Brasileiro de Relações Internacionais  
Agustín Castaño  
Sylvie d'Apote

Conselho Argentino para as Relações Internacionais  
Martín Piñeiro

Conselho Uruguaio para as Relações Internacionais  
Miguel Vaczy  
Washington Durán

### Curadoria

José Botafogo Gonçalves  
Maitê Bustamante  
Mario Marconini  
Rafael Tiago Juk Benke  
Valdemar Carneiro Leão

### Editores Executivos

Mario Jales  
Tomás Amorim

### Coordenação editorial

Julia Dias Leite  
Leonardo Paz Neves  
Luciana Gama Muniz

### Apoio editorial

Ariane Costa  
Arthur Costa  
Bárbara Brant  
Carlos Arthur Ortenblad Jr.  
Daniel Palhares  
Gabriel Torres

### Coordenação de comunicação

Nilson Brandão

As opiniões externadas nessa publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Todos os direitos são reservados ao  
CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
Rua Marquês de São Vicente, 336 - Gávea - Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 22451-044  
Tel: 00 55 21 2223-1774  
cebri@cebri.org.br  
www.cebri.org.br

Realização



Patrocínio



Apoio



Parcerias



# Conselho Curador CEBRI

Presidente do Conselho Curador

José Pio Borges de Castro Filho

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

José Luiz Alquéres

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Celso Lafer

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Roberto Teixeira da Costa

Conselheiros Curadores

Aldo Rebelo

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Arminio Fraga

Carlos Mariani Bittencourt

Cláudio Frischtak

Denise Gregory

Gelson Fonseca Jr.

Henrique Rzezinski

Jorge Marques de Toledo Camargo

José Alfredo Graça Lima

Luiz Fernando Furlan

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Maria Regina Soares de Lima

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Roberto Giannetti da Fonseca

Ronaldo Sardenberg

Ronaldo Veirano

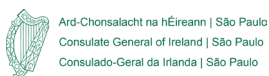
Sérgio Quintella

Sérgio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

MANTENEDORES CEBRI:



PARCEIROS DE PROJETOS:





CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde 1998, o *think tank* de referência em relações internacionais e o mais inovador do Brasil. Eleito em 2016 o 28º *think tank* mais inovador do mundo, de acordo com a "Global Go To Think Tanks Report". Neste ano, foi eleito o quarto melhor da América do Sul e Central pelo índice global do "Think Tanks and Civil Societies Program" da Universidade de Pensilvânia.

[www.cebri.org](http://www.cebri.org)